

# O APAGAR DAS LUZES: CULTURA URBANA E O OCASO DA BOÊMIA SANTISTA

## TURNING OFF THE LIGHTS: URBAN CULTURE AND THE DECAY OF SANTOS BOHEMIA

André Luiz Rodrigues Carreira<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho procura compreender e analisar a proliferação e a posterior decadência da vida noturna na zona portuária da cidade de Santos entre as décadas de 1940 e 1980. A pesquisa, através da análise de jornais diários e romances publicados no período, investiga como esses registros textuais captam práticas sociais, dinâmicas culturais e tensões no espaço urbano santista. Ao cruzar essas fontes, o estudo busca compreender os múltiplos discursos que moldaram o imaginário da zona portuária, ressaltando sua centralidade como espaço de sociabilidade, transgressão e resistência. A análise contribui para a ampliação dos debates sobre história urbana, literatura e imprensa, evidenciando o papel da narrativa na construção da memória social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade; Cultura; Boêmia; Santos.

**ABSTRACT:** This work seeks to understand and analyze the proliferation and subsequent decline of nightlife in the port area of the city of Santos between the 1940s and 1980s. The research, through the analysis of daily newspapers and novels published during the period, investigates how these textual records capture social practices, cultural dynamics and tensions in the urban space of Santos. By crossing these sources, the study seeks to understand the multiple discourses that

---

<sup>1</sup> Doutorado em História (USP). Universidade de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5586-5082> E-mail: [andre.carreira@redealix.org.br](mailto:andre.carreira@redealix.org.br)

shaped the imaginary of the port area, highlighting its centrality as a space of sociability, transgression and resistance. The analysis contributes to the expansion of debates on urban history, literature and the press, highlighting the role of narrative in the construction of social memory.

**KEYWORDS:** City; Culture; Bohemia; Santos.



10.23925/2176-4174.36.2025e71319

Recebido em: 17/04/25.

Aprovado em: 24/06/25.

Publicado em: 26/06/25.

## INTRODUÇÃO

Publicado em 1937, *Navios Iluminados*, última obra de Ranulfo Prata, tem como cenário o Porto de Santos e como protagonista o estivador Severino, imigrante do sertão nordestino que vem em busca de trabalho na cidade. Juntamente com outros trabalhadores das Docas de Santos, se estabelece no bairro operário do Macuco, local onde se desenrola o romance, convivendo com uma rotina de humilhações e privações, de um lado, e luta, de outro.

Em dado momento do romance, o autor destaca os contrastes na ocupação do espaço urbano santista nas primeiras décadas do século XX:

*“Eram duas cidades diferentes: a de cá, escura, poeirenta, cheia de movimento e barulho, suada de trabalho; a de lá, clara, limpa, alegre, refrescada pelo sopro do mar, com gente ociosa no hall dos hotéis, bebendo, tomando banho, espiando as mulheres.”*

(PRATA, 1937. p. 22)

A cidade *de cá* era a da região central, das proximidades do Porto, área marcadamente comercial e de forte presença operária. A cidade *de lá* era a da região das praias, ocupada efetivamente no alvorecer dos 1900 e caracterizada pela progressiva presença residencial de famílias de maior poder aquisitivo.

Se na transição do século XIX para o século XX o Centro da cidade foi local de moradia das elites santistas (LANNA, 1996), a partir da década de 1920 se intensifica o movimento identificado e descrito por Prata em sua obra (CÁNOVAS, 2017). A cidade portuária se desenvolve, paradoxalmente, dando às costas ao seu Porto (GITAHY, 1992 e TEIXEIRA, 2003).

A cisão porto/praias identificada pelo autor de *Navios Iluminados* já nos anos 1930 se aprofundaria nas décadas seguintes e se transformaria em marca distintiva da cidade de Santos.

Falecido em 1942, Ranulfo Prata, entretanto, não viveria para ver a cidade *de cá* – “escura, poeirenta” – ganhar vida, cores e luz. Durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, no bairro do Paquetá, a poucos metros do cais do Porto, a pobreza e sujeira diurna dariam lugar ao brilho da noite. Dezenas de estabelecimentos dedicados ao entretenimento noturno e centenas de frequentadores diários transformariam definitivamente a cultura urbana santista.

Pouco a pouco, a Santos retratada por Ranulfo daria lugar à cidade tantas vezes escrita e encenada por Plínio Marcos, cronista do cais do porto e das margens da sociedade santista. Sob os holofotes, trabalhadores da estiva, cafetões, malandros, marujos, meninos de rua, ladrões, prostitutas, engraxates, fotógrafos, dançarinas, ambulantes, artistas anônimos, gente comum. Ao fundo, a zona portuária de Santos. Navios, guindastes, armazéns, hotéis, salões, bares e boates. Luzes de néon e placas coloridas se encarregavam de dar clima ao espetáculo.

Compreender como se formou esse cenário de proliferação da vida noturna na região portuária da cidade de Santos de meados do século XX é um dos objetivos desse artigo. Analisar as razões que levaram ao acentuado declínio desse mesmo cenário nas décadas de 1970 e 1980 representa objetivo mais árduo, mas que tentaremos colocar em discussão.

A história do que se passou nas ruas, vielas e noites do Paquetá entre as décadas de 1940 e 1980 é indissociável dos dilemas e complexidades que marcaram a cidade de Santos em um período de profundas transformações sociais e políticas. Procuraremos jogar luz sobre as maneiras como a cidade de trabalhadores, em sua maioria pobres, construía as suas sociabilidades às margens e nas frestas dos muros que simbolicamente dividiam o espaço urbano santista, buscando voltar ao passado para recuperar parte das lutas populares e suas personagens e redimensioná-las como “centelhas de esperança”, nas palavras de Walter Benjamin (1994, p. 230). Centelhas, não custa lembrar, são partículas que se desprendem de um corpo em brasa; fagulhas, faíscas, descargas elétricas que assombram a escuridão como as luzes de néon brilhando na noite.

### ***Alvorecer: formação e auge da vida noturna no Paquetá***

Em reportagem publicada pelo jornal *A Cidade de Santos* no primeiro dia de setembro de 1967, assim era descrita a vida noturna na região portuária santista:

“Apertada entre a rua General Câmara e o cais do porto, no bairro do Paquetá, a “Boca” e suas muitas cores. Suas casas noturnas e grandes luminosos anunciam shows variados. Dentro, decorações arrojadas e luzes estroboscópicas. Pelas calçadas e ruelas de paralelepípedos, ao lado de meretrizes e marinheiros, freqüentadores e curiosos em constante movimento pela noite adentro.”

Embora retratasse o cenário em tons positivos, a reportagem enfatizava – através de declarações de Julinho Perez e Esteban Gerônimo Angel Prado, proprietários de casas noturnas – que a *Boca* de fins dos anos 1960 já estava distante do auge das duas décadas anteriores.

Para compreender a proliferação da vida noturna na região central de Santos durante o apogeu dos anos 1940, 1950 e início dos 1960, é preciso uma análise tanto das transformações pelas quais passava a cidade no período quanto da

relação intrínseca entre a atividade portuária e incremento do cenário boêmio santista.

Principal responsável pelo escoamento da produção brasileira de café ao mercado externo desde a segunda metade do século XIX, o porto de Santos continuava sendo, em meados do século XX, o principal fator de crescimento e desenvolvimento da cidade. Articulada ao desenvolvimento de São Paulo, Santos consolida-se como principal cidade do estado (excluída, obviamente, a capital), com maior população e importância econômica e política.

Santos era em 1950 a nona cidade mais populosa do país, passando em 1960 para a décima posição (GONÇALVES, 1995, p. 52). Relevante destacar que era a única cidade não capital de estado figurando nessa lista, tanto em 1950 quanto em 1960. O crescimento populacional era acompanhado pela expressiva ampliação da movimentação de cargas no porto. Entre os anos de 1947 e 1957, a carga total movimentada mais do que dobrou, passando de 4,1 milhões de toneladas para 8,3 milhões (GONÇALVES E NUNES, 2008, p. 70).

Os anos 1950 trouxeram significativa mudança no perfil econômico da cidade. A inauguração da Via Anchieta (a primeira pista em 1947 e a segunda em 1950), ligando o planalto ao litoral, representou um divisor de águas, iniciando um período de marcante desenvolvimento. A expansão do turismo é notável: em 1950, a cidade recebeu 2 milhões e 900 mil pessoas. Em 1960, esse número saltou para 6 milhões e 660 mil (GONÇALVES, 1995, p. 64). Se até a década de 1950 o porto praticamente definia os rumos da economia local, a partir de então atividades ligadas ao recém-criado parque industrial de Cubatão e ao turismo, lazer e entretenimento passaram a constituir vetores importantes do desenvolvimento local (GONÇALVES E NUNES, 2008, p. 56).

O acentuado crescimento da cidade em meados do século passado se manifestou em ampliação da urbanização, incremento das atividades comerciais e início do processo de verticalização, marca distintiva do espaço urbano santista nas décadas seguintes. Em reportagem de 14 de outubro de 1952, o jornal *A Tribuna* publicou matéria de página inteira intitulada “Santos cresce para o alto”, registrando

o elevado número de grandes edifícios – para os padrões da época – de 10, 12, 14 e até 16 andares construídos no município.

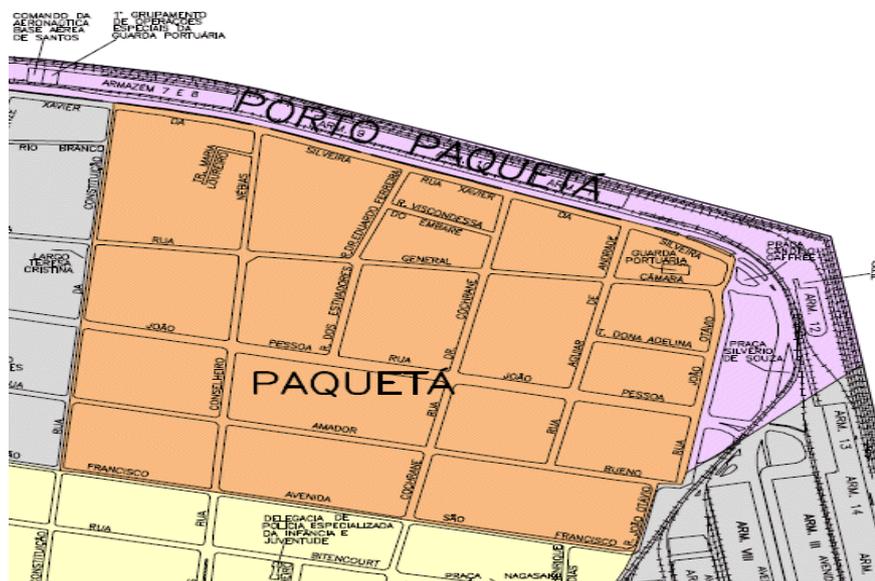
Politicamente, entretanto, a cidade mantinha o caráter predominantemente progressista das décadas anteriores, seja do ponto de vista eleitoral como através da mobilização e combatividade de setores da classe trabalhadora. A continuidade das lutas do movimento operário e a permanente cultura de resistência, traços característicos da cidade, foram amplamente discutidas por autores como Sarti (1981), Gitahy (1992), Gonçalves (1995) e Silva (1995 e 2003).

As décadas de 1940 e 1950, especialmente após o ocaso do Estado Novo varguista, seriam marcadas por paralisações operárias e forte presença do PCB, seja por sua influência sobre sindicatos e demais movimentos de trabalhadores, seja pelo seu desempenho eleitoral. A greve de portuários de abril de 1945, ponto fundamental da vigorosa retomada do movimento sindical santista, e o resultado das eleições gerais do mesmo ano – com amplo predomínio do PCB na cidade – são exemplos dessa tendência. As eleições de dezembro de 1945 são paradigmáticas do perfil não apenas eleitoral, mas social de Santos em meados do século XX. Nas primeiras eleições desde o advento do Estado Novo, em 1937, seriam eleitos o novo presidente da República e os membros da Câmara Federal e Senado. Para presidente, o candidato do Partido Comunista do Brasil (PCB), Yedo Fiúza, obteve 45% dos votos na cidade contra 29% de Eurico Gaspar Dutra, vencedor da eleição. Tal resultado é singular, uma vez que nacionalmente o candidato do PCB obteve apenas 9,17% dos votos (GONÇALVES, 1995, p. 83). Para a Câmara, o líder estivador Oswaldo Pacheco da Silva, também do PCB, foi o mais votado (com mais do que o dobro da votação do segundo colocado), enquanto para o Senado, Luiz Carlos Prestes e Rafael Sampaio, ambos do PCB, foram os mais votados na cidade, deixando para trás por ampla margem Getúlio Vargas, terceiro colocado (IDEM, 1995, p. 84). O marcante desempenho eleitoral do PCB na cidade era reflexo da expressiva influência e participação dos comunistas nas atividades sindicais, principalmente portuárias entre 1945 e 1964 (TEIXEIRA, 1995, p. 90). Diversas greves de solidariedade, paralisando todas as categorias, ocorreram na cidade, principalmente entre o final dos anos 1950 e os primeiros anos dos 1960 (GONÇALVES E NUNES, 2008, p. 57).

Foi nesse cenário, de intensa agitação política e social e de acelerado crescimento urbano e econômico, que nasce e floresce, às margens do cais santista, a vida da *Boca* e suas muitas cores.

Em uma cidade de contrastes, o bairro do Paquetá é quase um microcosmo, um simulacro das contradições do espaço urbano santista. De dia, um bairro pobre, caracterizado já como decadente em meados dos anos 1950 (SOBRINHO, 1953, p. 44). De noite, ele nasce com a luz artificial e dela se sustenta. A proliferação de casas noturnas nas ruas General Câmara, João Otávio, Aguiar de Andrade e Travessa Dona Adelina, todas a poucos metros do cais do porto, proporciona um feérico espetáculo. Grandes e coloridos letreiros a gás neon anunciam a metamorfose. Nesse pequeno espaço urbano, Santos se mistura. Estivadores, marinheiros, policiais, prostitutas, dançarinas, ambulantes, músicos, fotógrafos, políticos, profissionais liberais, boêmios. Ao cair da tarde morria o Paquetá e ganhava vida a *Boca*.

**Figura 1** – Bairro do Paquetá, década de 1950.



**Fonte:** <https://www.novomilenio.inf.br/santos/bairro47.html>

Entre as décadas de 1940 e 1960, dezenas de estabelecimentos com perfis variados se multiplicaram nas proximidades da zona portuária santista. Boates, restaurantes, bares, casas de shows e de *taxi-dancing*. A estreita relação com o

porto e seus trabalhadores se manifestava não apenas pelos nomes que traziam referências às diversas nacionalidades e bandeiras dos que aqui aportavam, mas também de forma mais orgânica. Era comum, como relatado em reportagem do jornal *A Cidade de Santos* de 10 de dezembro de 1969, que alguns estabelecimentos exibissem listas dos navios que estavam para atracar no porto, informando inclusive o número do armazém de desembarque, dia e horário provável, bandeira da embarcação e estimativa de número de tripulantes.

Entre os pioneiros, o Chave de Ouro e a boate El Morocco, ambos expoentes da vida noturna na região na transição das décadas de 1940 e 1950. O primeiro, inicialmente restaurante e a partir do início dos anos 1950 casa noturna com shows musicais e de strip-tease. O segundo, criado pelo casal formado pela polonesa Lificia Haleband, judia conhecida por aqui como *Elisa* e que chegou ao Brasil em 1940 fugindo das perseguições nazistas em seu país de origem e pelo argentino Esteban Gerônimo Angel Prado, conhecido como *Toto*, jovem estudante de medicina desembarcado em Santos no início da década de 1940 e que aqui se estabeleceu, se tornou rapidamente referência na noite santista. Segundo o Almanaque de Santos publicado em 1965, o El Morocco, com decoração realizada pelo pintor italiano Franco de Sermide Gavioli, se tornou no início dos anos 1950 local frequentado por muitos casais da cidade e por pessoas que vinham de São Paulo em busca de suas atrações. Em reportagem do jornal *A Tribuna* de 22 de setembro de 1962, a casa era retratada como a mais sofisticada da cidade em meados dos anos 1950, tornando-se "famosa por trazer aviões fretados da Argentina com bailarinas e orquestras".

Alguns anos depois, no início da década de 1960, a El Morocco foi adquirida por Jesus Castro Durán - um dos sócios do Chave de Ouro -, espanhol que havia se estabelecido em Santos poucos anos antes e transformada na boate Flamingo. Mantendo a estrutura que havia e parte das atrações da antiga El Morocco, a casa passou a promover shows de artistas populares do período, como Nelson Ned, Cauby Peixoto, Ângela Maria e Altemar Dutra. Ao lado do antigo El Morocco e do posterior Flamingo, a boate Casablanca foi outro expoente dos últimos anos da década de 1950. Localizado, assim como todos os outros, na rua General Câmara, o Casablanca atravessou o período oferecendo um salão com dezenas de mesas,

uma espaçosa pista de dança e um palco onde se apresentavam orquestras regularmente.

Diversos outros estabelecimentos, inspirados pelo sucesso dos pioneiros, foram surgindo no início da década de 1960. A boate Vagalume, criada por Julinho Perez e Abel, antigos funcionários do El Morocco, a Las Vegas Night Club, criada anos depois pela mesma dupla, a boate Night and Day, de propriedade de Laila, judia russa que chegou em Santos, assim como Elisa, nos primeiros anos da década de 1940, e a boate Ile de France, essa inaugurada já na segunda metade da década de 1960, se caracterizavam por atender a um público de maior poder aquisitivo e oferecer atrações consideradas mais sofisticadas como apresentações de orquestras e de dançarinas estrangeiras. Shows de strip-tease, intercaladas às atrações musicais, eram comuns a todos esses estabelecimentos. Segundo publicação de 11 de julho de 1969 no jornal *A Cidade de Santos*, os preços praticados por essas casas eram vistos como incompatíveis com o poder aquisitivo da maior parte dos frequentadores da noite no Paquetá. A presença de estrangeiros, que gastavam em moeda também estrangeira, e de frequentadores de São Paulo eram vistas pela reportagem como responsáveis por esse quadro.

Entretanto, não apenas de estabelecimentos luxuosos vivia a *Boca*. Uma grande variedade de bares e casas noturnas atendia a um público igualmente heterogêneo. O Suomi Bar, por exemplo, era descrito pelo Almanaque de Santos de 1970 como o "vizinho psicodélico" do Chave de Ouro e de outra casa bastante longeva da região, o ABC. O mesmo Almanaque retratava o Suomi destacando seu visual "desconcertante" e o som de "cabeludos *bossa-nova* com seus estridentes instrumentos elétricos".

Embora limitada a alguns poucos quarteirões, a *Boca* concentrava um elevado número de estabelecimentos, curiosamente identificados por muitas das bandeiras e origens de tripulantes dos navios atracados no cais localizado a poucos metros de seus luminosos letreiros. Sweden Bar, Hamburg Bar, Bar Porto Rico, Amsterdam Bar, Zanzibar, Battan Bar, Bergen Bar, Moby Dick Bar e Midnattsolen Bar eram alguns dos espaços pelos quais circulavam os muitos frequentadores da noite santista.

Por fim, ainda na mesma rua General Câmara, mas alguns metros mais distante do porto, o peculiar Samba Danças, estabelecimento que, entre 1944 e 1969, trouxe para Santos o conceito de *taxi-dancing* (espécie de dança de aluguel) e se consolidou como uma das mais frequentadas casas da região central da cidade. Em reportagem de janeiro de 2010, o jornal *A Tribuna* relembra o "ícone boêmio" e seu modo de funcionamento:

“No salão, para algo em torno de 100 pessoas, bailarinas aguardavam os clientes. À entrada, no guichê, retiravam o que seria um cartão de consumo. Só que ao invés de bebidas ou petiscos, a consumação marcada era a da dança. Assim, toda a vez que o cliente adentrava a pista, o cartão era picotado e o tempo utilizado com a bailarina começava a correr. Ao final, os picotes no cartão indicavam o tamanho da conta do cliente. E a contagem não tinha a duração nem de uma música inteira: era por minuto mesmo.”

A profusão de estabelecimentos colocou o Paquetá como ponto central da vida noturna santista. A constante circulação de pessoas fez surgir todo um ecossistema associado ao movimento de bares, boates, restaurantes e casas de prostituição. Balconistas, dançarinas, garçons, operadores de som, músicos, fotógrafos, cozinheiros, seguranças e tantos outros diretamente vinculados às casas noturnas dividiam espaço com diversos trabalhadores autônomos que atuavam no seu entorno. Embora muitos desses trabalhos fossem informais e sazonais, a quantidade de possibilidades fazia girar na região um enorme número de profissionais. O jornal *A Tribuna*, em reportagem de 21 de maio de 1965, apontava que cerca de oito mil pessoas eram economicamente impactadas, direta e indiretamente, pelas atividades ali desenvolvidas.

Entre esses tantos trabalhadores, alguns se tornaram figuras quase lendárias na região. Um deles é o dinamarquês Knud Harald Lykke Gregersen, considerado o pioneiro tatuador profissional em terras brasileiras. “Lucky”, como ficou conhecido, desembarcou em Santos em 1959 e aqui permaneceu, abrindo estúdio em 1960 – onde ficou por quase duas décadas – na rua João Otávio, quase ao lado de muitas

das boates do Paquetá. Assim como “Lucky”, o antigo estivador e “leão de chácara” do Samba Danças, *Nego Orlando*, tornou-se, entre o final da década de 1950 e a década seguinte, personagem emblemático. Em texto assinado por Plínio Marcos e publicado pelo jornal paulistano *A Última Hora* em julho de 1969, *Nego Orlando* era retratado como “valente de profissão” e como “briga para sete ou oito homens”. Na reportagem, parcialmente composta por uma entrevista de Plínio com Orlando, noções como valentia, dignidade e virilidade apareciam constantemente, indicando algo que Fernando Teixeira da Silva (2004) analisou como parte da identidade laboral de trabalhadores portuários, especialmente os da estiva. Segundo ele, os estivadores da Santos de meados do século XX se definiam a partir de um “senso arraigado de masculinidade em que a coragem é uma espécie de valor moral definidor de relações sociais” (SILVA, 2004, p. 209).

A fama de *Nego Orlando* como “valente”, entretanto, não o resumia. Conhecido como exímio dançarino, era também presença constante nas pistas do Samba Danças. *Nego Orlando*, em alguma medida, exemplifica os contrastes tão característicos do Paquetá. Violento e lúdico. Bairro pobre e decadente durante o dia, encantador e luminoso durante a noite.

O Samba Danças deixou de existir em fins de 1969. Hoje, no local onde estava localizado, na esquina das ruas General Câmara e Brás Cubas, existem apenas ruínas. Lembranças melancólicas do que um dia foi grandioso. Como veremos a seguir, o fechamento do Samba Danças foi apenas um prenúncio do que aconteceria nos anos seguintes. Pouco a pouco, descem as cortinas e as luzes se apagam.

### ***Crepúsculo: o ocaso da boêmia santista***

O lento, porém contínuo, processo de decadência da *Boca* santista é indissociável dos dilemas pelos quais passava a cidade na segunda metade dos anos 1960. Sob a sombra do Raul Soares, navio-prisão que por seis meses - entre abril e outubro de 1964 - encarcerou por “subversão” políticos, estudantes, jornalistas e, principalmente, sindicalistas portuários, Santos seria profundamente

afetada pelos desdobramentos do golpe de 1964 e da ditadura que ali se iniciava. Em pouco tempo, a cidade teria um prefeito, negro e progressista, impedido de tomar posse e perderia sua autonomia política até meados da década de 1980. Os impactos da ditadura sobre movimentos de trabalhadores e estudantes e sobre a classe política de oposição, embora presentes desde a tomada de poder pelos militares, se intensificou a partir de 1968 (GONÇALVES, 1995). Vencedor das eleições municipais de 1968 pelo MDB, Esmeraldo Tarquínio não tomaria posse. Depois de analisadas as denúncias contra o prefeito eleito – na esteira do AI-5 – por "comportamento subversivo" pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN), o então deputado estadual teria seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos. Logo após a cassação de Esmeraldo e a renúncia de seu vice, Oswaldo Justo, a cidade seria reconhecida como "área de segurança nacional" e perderia sua autonomia política, recuperada apenas em 1984. Em abril de 1969, o general Clóvis Bandeira Brasil, nomeado pelo então presidente Costa e Silva, seria o primeiro dos interventores a assumir a cadeira de prefeito de Santos.

O cenário político turbulento do período era acompanhado por transformações sociais em diversas esferas, impactando diretamente as atividades relacionadas à noite na zona portuária santista. Como abordado anteriormente nesse artigo, a relação entre o porto e a vida noturna na região central da cidade era umbilical. Tripulações de navios estrangeiros e trabalhadores vinculados ao porto e suas atividades se constituíam em parte significativa do público alvo das boates, bares e restaurantes do Paquetá. Itinerários de embarcações atracadas no cais, escalas de trabalhadores e informações sobre bandeiras de navios prestes a chegar eram comumente encontradas pelas paredes de estabelecimentos da região. Marinheiros e trabalhadores do cais circulavam aos montes pelas tantas casas batizadas com nomes estrangeiros.

A abundância, no entanto, logo daria lugar à escassez. O processo de modernização do porto de Santos, iniciado ainda durante a década de 1950, teria profundo impacto sobre a *Boca*, especialmente no transcorrer dos anos 1960.

As modificações operacionais nas atividades portuárias e a automação de parte do processo de embarque e desembarque de mercadorias eram vistas como forma de tornar o porto de Santos mais competitivo no cenário internacional (AGUIAR, 2002, p. 68). Se, por um lado, a longa permanência de navios e,

consequentemente, de suas numerosas tripulações movimentava o comércio local, – inclusos os estabelecimentos dedicados à vida noturna – as estendidas estadias no cais santista eram entendidas como empecilho ao desenvolvimento econômico.

As transformações se iniciam já na transição das décadas de 1950 e 1960 e se intensificam nos anos 1970. A mecanização de parte da frota estrangeira de navios cargueiros reduziu em aproximadamente quatro vezes o número de tripulantes que aqui aportavam (GONÇALVES E NUNES, 2008, p. 97). Em reportagem publicada pela *Revista Veja* em fevereiro de 1970 sobre a noite da zona portuária santista, Esteban Gerônimo Angel Prado, ex-proprietário da boate El Morocco e na época residente em São Paulo, afirma que “a modernização dos navios, que antes chegavam com tripulações superiores a quarenta marinheiros e hoje precisam de dez, doze, no máximo, acabaram com a antiga freguesia”. A modernização citada por Prado foi rapidamente acompanhada pela automação de parte significativa das atividades portuárias de embarque e desembarque de mercadorias. O trabalho portuário, caracterizado pela sazonalidade e pelo ganho por produção, se torna mais escasso e precarizado (SILVA, 1995, p. 118). A diminuição da oferta de trabalho trouxe como consequência perda de poder aquisitivo dos trabalhadores do cais. Em entrevista concedida em maio de 2005 ao jornal *A Tribuna*, o ex-jogador de futebol Joel Camargo, campeão do mundo pela seleção brasileira em 1970 e estivador aposentado, fala sobre seus dias no cais santista na segunda metade dos anos 1970: “as coisas foram mudando rápido no cais. Os *bagrinhos* entraram em extinção e a carteira preta – carteira de couro preto de associado ao Sindicato dos Estivadores e outrora símbolo de *status* – perdeu a força que tinha”. A declaração de Joel, além de reforçar a perda de influência e poder dos trabalhadores portuários, chama a atenção para outro aspecto relevante: a atuação dos chamados “*bagrinhos*”, pequenos contrabandistas do cais santista. Na mesma reportagem da *Revista Veja* de fevereiro de 1970, já citada, Julinho Perez, na época proprietário da boate Las Vegas, afirmava, se referindo ao final dos anos 1950 e início dos anos 1960 que “naquele tempo os *bagrinhos* gastavam todo o dinheiro na *Boca*. Depois, com uma campanha do governo contra o contrabando e a morte do *Flora* – como era conhecido Antônio Pinto dos Reis, chamado de “Rei do Contrabando” e responsável por suprir os pequenos contrabandistas conhecidos como *bagrinhos* – as coisas pioraram muito”. O combate ao contrabando estava

inserido no amplo processo de modificações pelo qual passava a zona portuária santista no período. A modernização consolidaria a posição do porto de Santos como líder em movimentação de mercadorias no Brasil, mas traria escassez para os que dependiam, direta e indiretamente, do dinheiro que antes ali circulava em grandes quantidades. As regras do jogo haviam mudado, deixando órfãos dentro e fora da região portuária.

A remodelação do porto de Santos e de suas atividades não seriam, entretanto, os únicos fatores responsáveis pela decadência da *Boca* santista.

As ações do poder público nos campos trabalhista e previdenciário teriam profundo impacto na região. O aumento da fiscalização era consequência da unificação dos setores administrativos dos institutos estatais de aposentadoria ocorrida em 1966 com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Muitos fiscais do Ministério do Trabalho foram deslocados para servir a essa nova autarquia federal. Interessante perceber a forma como as ações dos governos militares de então eram retratadas por parte da imprensa local, especialmente após o final de 1968. Em reportagem do jornal *A Tribuna* de 18 de janeiro de 1970, o rigor dos órgãos governamentais era descrito dessa forma:

“Depois da *revolução* de 1964, os ministros que se sucederam na pasta do Trabalho, do Sr. Antônio Lopes Sussekind ao Sr. Jarbas Passarinho, foram encarregados pelo governo de aplicar uma política de austeridade não conhecida nos últimos trinta anos. Autorizados pelo então presidente da República, o General Castelo Branco a acabar, ainda que a longo prazo, com a inoperância da fiscalização em todos os setores do Trabalho, o Ministério imprimiu uma nova política, desconhecendo as antigas pressões de grupos empresariais que se serviam da política partidária para acobertar infrações às leis trabalhistas.”

Além do tom de exaltação das ações de fiscalização instituídas no período, curioso notar como a negação da política partidária, característica fundamental dos governos autoritários, era retratada positivamente.

O impacto das iniciativas do recém-criado INPS sobre os estabelecimentos dedicados à vida noturna seria, entretanto, devastador. As relações de trabalho existentes na região da *Boca* eram majoritariamente caracterizadas pela informalidade e sazonalidade, especialmente entre os chamados “artistas”, como dançarinas, bailarinas, músicos e fotógrafos.

A situação das dançarinas das casas noturnas era exemplar. Em reportagens publicadas em julho de 1969, o jornal *A Cidade de Santos* trazia um panorama das dificuldades enfrentadas pelas boates, especialmente em virtude das constantes autuações e multas impostas pelo INPS e Ministério do Trabalho. Segundo uma das reportagens, o INPS classificava as bailarinas como profissionais autônomas que nessas condições deveriam recolher porcentagem de seus ganhos a título de contribuição previdenciária. Se elas negassem a classificação de autônomas, seriam relacionadas como empregadas dos estabelecimentos sempre que fossem surpreendidas pelos fiscais exercendo suas atividades profissionais durante o horário de funcionamento das boates. Nesse caso, os proprietários teriam de se responsabilizar pelos encargos trabalhistas e recolhimento de contribuições previdenciárias. Quando questionadas pelos fiscais sobre os seus vínculos empregatícios, as dançarinas afirmavam que eram remuneradas através de comissões recebidas após o pagamento de despesas das bebidas consumidas na companhia de fregueses. Sendo a comissão considerada uma espécie de salário para efeitos de descontos para a Previdência Social, as boates eram autuadas por ausência de comprovação dos recolhimentos previdenciários correspondentes.

As autuações e multas se sucediam. Apenas no primeiro semestre de 1969, segundo reportagens do jornal *A Cidade de Santos*, já citadas, as boates Vagalume, Casablanca e Ile de France receberam penalizações que variavam entre 9 e 11 milhões de cruzeiros. Ainda segundo a mesma reportagem, do dia 10 de julho de 1969, a informalidade era tal que na boate Vagalume, uma das autuadas, “a fiscalização relacionou quarenta e cinco pessoas trabalhando enquanto a firma tinha apenas quatro trabalhadores registrados.”

No dia seguinte, 11 de julho de 1969, o mesmo jornal trazia a posição do advogado Paulo Cordeiro da Silva, contratado para fazer uma ação conjunta das

boates multadas contra as penalidades, consideradas “arbitrárias” pelos proprietários. Segundo ele, bailarinas e músicos deveriam ser considerados trabalhadores autônomos – e, portanto, fora do escopo legal das boates – sem dependência econômica a nenhum estabelecimento específico e sem subordinação a um horário pré-determinado. Ainda segundo o advogado, “a fiscalização deveria ser feita em torno de funcionários que já possuíam vínculos trabalhistas formais, como garçons, garçonetes, copeiros e porteiros”. Outra questão apresentada pelo advogado das boates era sobre certa incompatibilidade entre a atuação na Polícia Militar na região da *Boca* e a ação dos fiscais do Trabalho. O representante das casas noturnas alegava que a Polícia Militar perseguia as mulheres que transitavam pelas calçadas da região, prendendo-as por prostituição e vadiagem em alguns casos. Essas mulheres, ao perceberem a chegada da Polícia ao local, iam para dentro das boates, se apresentando como “dançarinas”. Nesse momento, se algum fiscal do Trabalho as indagasse onde trabalhavam, elas respondiam que eram funcionárias da boate para evitar a ação da Polícia. Como não trabalhavam nos estabelecimentos e, obviamente, não possuíam vínculos formais de trabalho, o fiscal invariavelmente multava a boate. Sobre essa situação, o advogado afirmava que:

“Em razão da tenaz perseguição movida pela polícia contra as mulheres que fazem o *trottoir* nas imediações dos estabelecimentos, é muito comum que tais mulheres procurem permanecer no interior das casas de diversões. Ali dançam e consomem bebidas. Em alguns casos, recebem comissões por tais consumações. Todavia, não estão sob dependência hierárquica ou econômica dos proprietários e não se subordinam a horários ou frequência. Tal situação, por evidente, não caracteriza relação empregatícia. De conseqüência, e pelas mesmas razões, não caberia qualquer contribuição previdenciária ou pena imposta aos proprietários.”

(Jornal A Cidade de Santos, 11 de julho de 1969)

A reportagem, apesar das alegações do representante das boates, indicava que a agência do INPS em Santos já havia rejeitado a defesa apresentada pelo grupo de donos dos estabelecimentos e mantido as multas impostas pelas infrações trabalhistas cometidas.

O cerco não se restringia, entretanto, às questões trabalhistas. Os últimos anos dos 1960 e início dos 1970 seriam marcados por diversas ações promovidas pelo Juizado de Menores. Reportagem de 03 de maio de 1969 do jornal *A Cidade de Santos* anunciava o fechamento, por dez dias, do Zanzibar, localizado no número 26 da rua João Otávio. Após receber algumas notificações pela presença de menores no local, o cabaré teve seu alvará de funcionamento cassado provisoriamente. Segundo o comissário chefe do Juizado, Amílcar Alves de Sousa, em depoimento para a reportagem, “existem ainda diversos outros bares e boates que incorrem nessas infrações e que também serão fechados, faltando apenas o despacho do juiz.” O aviso do comissário de fato se concretizou. Nos primeiros anos da década de 1970, diversos bares e boates da *Boca* seriam notificados, multados e, em alguns casos, fechados. Em matéria do mesmo *Cidade de Santos* de 30 de março de 1972, o fechamento da boate Casablanca e do Bar Sweden, ambos de propriedade de Oscar Guerra, era anunciado. De acordo com a reportagem, a situação era comum a diversos outros estabelecimentos da zona portuária, também frequentemente notificados e com alvarás suspensos em virtude da presença de menores em suas instalações.

O início dos anos 1970 traria outras transformações de significativo impacto para a região do Paquetá. No ano de 1971 se inicia a elaboração do novo zoneamento urbano da cidade de Santos. Entre os temas discutidos e posteriormente aprovados, a delimitação da nova zona turística santista. Até então, boates e casas noturnas com música ao vivo eram proibidas na orla da praia e adjacências. A expansão da zona turística para essa região acompanhava o crescente número de turistas que procurava a cidade e suas praias. Nas décadas de 1960 e 1970, o turismo se consolidava como uma das principais atividades econômicas de Santos (GONÇALVES, 1995, p. 67). Encaminhada à Câmara Municipal em 01 de julho de 1971, as alterações propostas eram apresentadas pelo então secretário de Turismo, Alcides França Brasil, como responsáveis por

“benefícios enormes, pois separando-se as áreas portuária e industrial, todo o resto será turístico” (Jornal *A Tribuna*, 02 de julho de 1971). A reportagem ainda indicava o descontentamento de alguns moradores da região próxima às praias com a nova configuração urbana. Segundo um dos entrevistados, identificado como José Vieira, morador do bairro do Gonzaga, as boates deveriam permanecer na zona portuária da cidade, pois “pelo menos ali a prostituição fica confinada”. Ainda segundo ele, “muito pior seria se essas mulheres se espalhassem por bairros residenciais, poluindo a moral da família santista”. Outra pessoa ouvida pela reportagem, identificado apenas como morador do José Menino, demonstrava preocupação com a possibilidade da cidade se transformar em um “campo de prostituição”.

As alterações, apesar das resistências, foram aprovadas e entraram em vigor ainda no mesmo ano. Em meados dos anos 1970, casas noturnas e boates vão, pouco a pouco, surgindo em áreas até então consideradas meramente residenciais. Ainda no final de 1971, por exemplo, é inaugurada a boate Chão de Estrelas na Avenida Eptácio Pessoa, a poucos metros da orla da praia. Embora sob protestos de moradores, como indicado em reportagem de 28 de janeiro de 1972 do jornal *A Cidade de Santos*, a boate e casa de shows permaneceria em atividade até o início da década de 1990. Outro exemplo foi o Pink Panther, localizado de frente para o mar no bairro do José Menino. A casa noturna abriu suas portas em 1973 e assim permaneceu até 1995.

No alvorecer da década de 1980, a *Boca* santista estava muito distante dos seus melhores dias. Impossível dissociar as aceleradas transformações ocorridas na região do Paquetá, iniciadas, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos 1960 e anteriormente descritas – modernização portuária, mudanças no perfil econômico da cidade, questões trabalhistas e previdenciárias, modificações no zoneamento urbano – aos impactos políticos e sociais do regime ditatorial iniciado em 1964. A perda de autonomia política municipal e as constantes e violentas intervenções sobre movimentos de trabalhadores, especialmente portuários, fazem parte de um cenário mais amplo do qual as dinâmicas da *Boca* não podem ser apartadas.

O ocaso da vida noturna na região central da cidade de Santos não aconteceu em um piscar de olhos. O longo processo de decadência que se

intensifica nos anos 1970 consolida-se na década seguinte. Uma nova doença, sem cura, se alastra rapidamente pela cidade. Em um curto espaço de tempo, Santos se transforma em “capital brasileira da AIDS” (OLIVEIRA, 2023, p. 22). O número de casos explode na cidade especialmente na região central, nas proximidades do porto. No final da década de 1980 e início da década de 1990, Santos era a cidade com maior incidência de casos no Brasil, seja por exposição sexual, seja pela utilização de drogas injetáveis (ANDRADE, 1997, p. 35). Apenas em meados dos anos 1990, após políticas públicas de redução de danos colocadas em prática pelas administrações de Telma de Souza (1989 – 1992) e David Capistrano (1993 – 1996), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), os casos entrariam em fase de estabilidade (MESQUITA, 2015). Não existem dados que tornem possível relacionar diretamente a epidemia que se alastrava na cidade ao fechamento de casas noturnas no Paquetá. No entanto, em reportagem publicada pelo jornal *A Tribuna* em 08 de novembro de 1989, o impacto na região era tratado como “arrasador”. A matéria, embora não citasse nominalmente estabelecimentos fechados, relacionava a decadência da região ao crescimento exponencial do número de casos da doença.

O tom da reportagem, ao se referir aos impactos da epidemia que se alastrava, era um espelho do melancólico ocaso das noites no Paquetá. As muitas cores, luzes e sons, permaneceriam, no entanto, como lampejos, fragmentos de memória da cultura urbana santista.

### **Referências Bibliográficas**

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira. “O Sindicato dos Estivadores na contramão do processo de modernização”. In: JUNQUEIRA, Luciano A. Prates (org.). *Desafios da modernização portuária*. pp. 55-78. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

ANDRADE, Vandejacson B. et al. De capital da aids a porto da esperança. In: CAMPOS, Floriana Coelho B.; HENRIQUES, Cláudio Maierovitch P. (orgs) *Contra a Maré à Beira Mar: a experiência do SUS em Santos*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. *Santos e Imigração na Belle Époque*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2017.

GITAHY, Maria Lúcia Caira. *Ventos do Mar*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

GONÇALVES, Alcindo. *Lutas e Sonhos: cultura política e hegemonia progressista em Santos (1945-1962)*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

GONÇALVES, Alcindo e NUNES, Luiz Antônio de Paula. *O Grande Porto: A modernização do porto de Santos*. Santos: Realejo, 2008.

LANNA, Ana Lucia Duarte. *Uma cidade na transição: Santos (1870 – 1913)*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MESQUITA, Fábio Caldas de. Dirigir o Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais: Desafio interminável. *A Síndrome: Histórias de luta contra a AIDS*. São Paulo. Ministério da Saúde, 2015.

OLIVEIRA, Ian Pablo de. *Santos: a “capital da AIDS”? A cidade entre memórias, metáforas e estigmas de uma alcunha (1981 – 2023)*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Psicologia). Universidade Federal de São Paulo. 2023.

PRATA, Ranulfo. *Navios Iluminados*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2015.

SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SILVA, Fernando Teixeira. *A carga e a culpa*. Os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade. São Paulo: Hucitec, 1995.

SILVA, Fernando Teixeira. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

SILVA, Fernando Teixeira. Valentia e cultura do trabalho na estiva. In: BATALHA, Cláudio, SILVA, Fernando Teixeira e FORTES, Alexandre (orgs). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

SOBRINHO, Costa e Silva. *Santos noutros tempos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1953.